



V Conferência Nacional de Educação Farmacêutica debate setor e aponta rumos

■ Evento teve como tema central “A formação farmacêutica em tempo de mudança”.

Pela jornalista Veruska Narikawa,
da Assessoria de Imprensa do CFF

A quinta edição da **Conferência Nacional de Educação Farmacêutica** superou as expectativas do Conselho Federal de Farmácia e da Abenfarbio (Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico e Bioquímico), realizadores do evento. Além do aumento no número de participantes, de 150, em 2007, para 250, em 2008, cresceu também a interatividade entre palestrantes, técnicos, docentes e estudantes. A Conferência foi realizada, no auditório do Carlton Hotel, em Brasília, de 10 a 12 de abril de 2008.

De acordo com Magali

Demoner, Presidente da Comissão de Ensino do CFF e Conselheira Federal pelo Estado do Espírito Santo, o objetivo de envolver os participantes na troca de experiências foi alcançado. “Com a participação

efetiva de técnicos do Ministério da Saúde, educadores e estudantes de Farmácia, atingimos os objetivos maiores, de esclarecer dúvidas sobre as Diretrizes, compartilhar projetos e experiências e despertar



A Presidente da Comissão de Ensino do CFF, Magali Demoner; a Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira; o Diretor de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano; o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos; o Presidente da Abenfarbio, Carlos Cecy; o Vice-Presidente e o Tesoureiro do CFF, Amílson Álvares e Edson Taki; e o Presidente da Feifar, Danilo Caser



a formação para a saúde pública”, disse.

A abertura do evento foi feita pelo Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. Ele destacou a importância do evento. “É preciso lembrar que todos os assuntos que forem discutidos, durante a Conferência, podem interferir diretamente na formação de milhares de profissionais e conseqüentemente na saúde de toda a sociedade”, enfatizou.

Durante o discurso, Jaldo de Souza Santos apresentou dados levantados pela Comissão de Ensino do CFF e convidou os educadores a refletirem sobre eles. Segundo o levantamento, o Brasil possui 306 cursos de Farmácia, das quais 40 são de instituições públicas e 266, de instituições privadas. Em 1996, eram apenas 88 cursos, em todo o País, o que corresponde a um aumento de 347%. Ao todo, são disponibilizadas 38.143 vagas anuais. Souza Santos está preocupado com a qualidade do ensino oferecido por muitas dessas cursos.

A formação, com foco em saúde pública, foi lembrada pelo farmacêutico Dirceu Barbano, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Ele citou as últimas conquistas da categoria, como a inclusão da assistência farmacêutica no Pró-Saúde e a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), em janeiro de 2007. “Reconheço a importância da academia, na história da Farmácia, no Brasil, mas é preciso que as instituições sejam estimuladas e desafiadas a formar profissionais cada vez mais capacitados, mas sem esquecer o aspecto humano”, concluiu Dirceu Barbano.



Edson Taki e Jaldo de Souza Santos, Tesoureiro e Presidente do CFF; Suely Vilela Sampaio, Reitora da USP, e Lérica Vieira, Secretária-Geral do CFF

O Presidente da Abenfarbio (Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico e Bioquímico), Carlos Cecy, destacou que os objetivos do evento foram alcançados. “As palestras, mesas redondas e grupos de trabalho levaram os educadores a refletir sobre como a academia pode se adaptar à realidade de mercado, levando em consideração a saúde pública, a realidade social e as novas tecnologias”, observou Carlos Cecy.

No primeiro dia do evento, a Reitora da Universidade de São Paulo (USP), Suely Vilela Sampaio, ministrou a palestra *O farmacêutico e as novas fronteiras profissionais*, em que destacou que o mundo globalizado exige responsabilidade cada vez maior de profissionais de todas as áreas, mas principalmente dos da saúde. “É preciso investir na multidisciplinaridade, numa formação geral, que nunca termina. Esta formação deve levar em consideração que as pesquisas avançam, mas doenças, como a tuberculose e a malária, ainda matam pelo mundo”, disse a Reitora da USP.

Durante a palestra *Atuação Social e Científica do Farmacêu-*

tico, Geraldo Alécio, professor de Microbiologia e Controle de Qualidade – e Diretor - do Curso de Farmácia da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo, e Vice-Presidente da Abenfarbio, defendeu que o educador, também, tem que se adaptar às mudanças. “As tecnologias evoluíram, e existem inúmeras formas de se aplicar um conteúdo e torná-lo mais acessível aos estudantes. Se, por um lado, a metodologia usada, na década de 70, pode ser sufocante para esta nova geração, nós, educadores, também, temos resistência a usar a tecnologia a nosso favor, a favor da educação”, disse Alécio.

MERCOSUL - A Mesa Redonda *Mercosul - Mobilidade dos Profissionais da Área da Saúde* teve a participação de Maria Helena Machado, Diretora de Gestão e Regulação do Trabalho da Saúde, do Ministério da Saúde e Coordenadora do Fórum Mercosul para o Trabalho em Saúde; e Marta Canese de Estigarribia, da *Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior del Paraguay*. O debate teve início com Marta Canese destacando a importância da unidade regio-





A primeira mesa redonda, formada para discutir “Tendências de Mudanças nos Cursos da Área da Saúde”, reuniu os farmacêuticos Regina Lugarinho, do FNEPAS; Nilsen Carvalho, Coordenador da mesa, e Teresa Maria Passarela, Assessora Técnica da Secretaria de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

nal. “É preciso ter um sistema integrado, no Mercosul. Afinal, as doenças não têm fronteiras; a saúde também não deve ter”, disse a representante da Agencia.

A Coordenadora do Fórum Mercosul para o Trabalho em Saúde, Maria Helena Machado, lembrou que, antes de qualquer integração, é preciso discutir alguns pontos de conflito. “Que políticas devem ser formuladas para o trabalho em saúde com culturas regionais tão diferentes? É preciso, inclusive, esclarecer funções. O farmacêutico tem atuação diferente, no Brasil e na Argentina, por exemplo. Sem contar que o Brasil é o único País, no mundo, que possui um sistema de saúde pública como o SUS. Esta reflexão e esta realidade internacional devem fazer parte da rotina de formação dos profissionais”, disse.

No segundo dia, os debates giraram em torno da formação do farmacêutico para a saúde pública e especificamente para o SUS (Sistema único de Saúde). A primeira mesa redonda, formada para discutir *Tendências de Mudanças nos Cursos da Área da Saúde*, foi composta por Teresa Maria

Passarela, Assessora Técnica da Secretaria de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde; e Regina Lugarinho, representante do Fórum Nacional de Educação das Profissões da Área da Saúde - (FNEPAS).

Para Teresa Maria Passarela, Assessora Técnica do Ministério da Saúde, existe um descompasso entre a formação profissional e as necessidades do SUS. “Não adianta muito criar Equipes de Saúde da Família e Núcleos de Apoio para melhorar o SUS, se o profissional não é formado para a resolubilidade de problemas junto à saúde pública. É preciso lembrar que saúde se faz

com gente, e essa gente precisa de formação”, completou.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - A Academia e o SUS: Dificuldades e Perspectivas foi o tema da segunda mesa redonda do dia. Para expor, foram convidadas a professora Josiane Cristine Madalozzo, Coordenadora do Curso de Farmácia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR); Lore Lamb, farmacêutica da Secretaria de Saúde do Paraná e Assessora do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde; e Marilda Tormenta, Coordenadora de Estágio Não Remunerado da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

A Coordenadora do Curso de Farmácia da UEPG, Josiane Madalozzo, apresentou algumas atividades e afirmou que a aproximação do acadêmico com a saúde pública é uma realidade, na instituição, desde a sua criação, há mais de 50 anos. “Este elo entre o ensino e a prática é um processo de construção que não tem fim, e quanto mais ações tivermos, mais os estudantes estarão próximos da comunidade”, disse.

Lore Lamb lembrou que, antes do SUS, o farmacêutico era como um responsável por um almoxarifado. “Só recebia e



A Academia e o SUS: Dificuldades e Perspectivas foi o tema de uma mesa redonda que contou com os expositores Josiane Cristine Madalozzo, Coordenadora do Curso de Farmácia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR); Lore Lamb, farmacêutica da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e Assessora do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde; e Marilda Tormenta, Coordenadora de Estágio Não Remunerado da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo



entregava medicamentos”, explicou. Acrescentou que, mesmo depois da criação do SUS, a mentalidade foi alterada, aos poucos. “Depois, com a Política Nacional de Medicamentos, houve um salto na mudança de mentalidade e esta evolução continua acontecendo. É preciso que os profissionais estejam preparados para tal evolução, mas que os educadores mostrem às novas gerações que a assistência farmacêutica é um dos pilares da saúde pública deste País”, disse.

A aproximação entre academia e sociedade, não só dos estudantes, mas também dos professores e gestores da educação farmacêutica, foi lembrada por Marilda Tormenta, Coordenadora de Estágio Não Remunerado da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. “Cerca de 120 centros de Saúde de São Paulo estão nas favelas, e cabe a nós levar, não só os estudantes, mas também os professores, nossos colegas, para ver a realidade de perto. Não basta apenas apoiar a legislação, que é excelente, mas, na prática, as coisas são diferentes. Não dá mais para pensar na saúde como um projeto em construção. A população precisa ver a obra pronta, precisa de soluções práticas”, disse.

AVALIAÇÃO - Sob a coordenação do Assessor de Imprensa do CFF, Aloísio Brandão, foi realizado o painel *Pontos e Contrapontos na Avaliação dos Cursos de Farmácia*. A exposição de abertura ficou por conta do Professor Celso Spada, Coordenador da Comissão Técnica de Acompanhamento das Avaliações do INEP/MEC.

Para o debate, foram convocados os professores Paulo Roberto Mieli, Coordenador do Curso de Farmácia da Faculdade Oswaldo Cruz (SP); Hemerson Bertassoni, Coordenador do Curso de Farmácia do Centro Universitário Positivo (PR); Viviany Nicolau, Coordenadora do Curso de Farmácia da Unieuro (DF); Ilza Martha de Souza, Coordenadora do Curso de Farmácia da UNIC (MT) e Fabrício Rios, Coordenador do Curso de Farmácia da Facsul (BA).

Segundo Celso Spada, do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) do Ministério da Educação, é preciso mudar a cultura da avaliação. Avaliar, segundo ele, não significa fiscalizar, ou punir. “É preciso conversar, falar com pessoas, com coordenadores, professores. A melhoria da qualidade do ensino está diretamente ligada ao diálogo. Temos que analisar realidades diferentes, que levar em consideração as necessidades do SUS, mas, acima de tudo, temos que formar cidadãos”, completou.

Durante o painel / debate foram montados diversos grupos de trabalho formados por docentes, estudantes, técnicos e dirigentes de entidades ligadas à Farmácia, que discutiram propostas, apresentaram soluções e trocaram experiências. Uma delas virou documento oficial da Conferência, e solicita a fixação da carga horária para o curso de graduação em 4 mil horas (cada hora de 60 minutos) – que correspondem a 4.800 horas/aula (de 50 minutos cada).

“Este documento será

encaminhado aos Ministérios da Saúde e da Educação e ao Conselho Nacional de Educação. É a primeira ação positiva da Conferência. Diante das discussões levantadas pelos grupos de trabalho, várias outras propostas serão apresentadas”, concluiu a Presidente da Comissão de Ensino do CFF, Magali Demoner.

A COMISSÃO - A Comissão de Ensino do CFF é composta pelos farmacêuticos e professores Magali Demoner Bermond (ES), Presidente; Ely Eduardo Saranz Camargo (SP), Carlos Cecy (PR), Nilsen Carvalho Fernandes (RN) e Zilamar Costa Fernandes (RS).



Prof. Magali Demoner Bermond



Prof. Ely Eduardo Saranz Camargo



Prof. Carlos Cecy



Prof. Nilsen Carvalho Fernandes



Prof. Zilamar Costa Fernandes



Tempo de educação Tempo de debate Tempo de mudança

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

As mudanças ocorridas na graduação do ensino farmacêutico previstas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, editadas, em 2002, pelo Ministério da Educação, são um tema instigante e não menos polêmico. Isso ficou muito claro, mais uma vez, durante a V Conferência Nacional de Educação Farmacêutica, realizada pelo Conselho Federal de Farmácia, e que reuniu, em Brasília, de dez a 12 de abril de 2008, coordenadores e diretores de cursos de Farmácia em torno do tema central "Formação Farmacêutica em Tempos de Mudanças". Se para coordenadores e diretores de cursos os debates são sempre acalorados, para o catarinense Celso Spada, eles são desafiadores.

Farmacêutico-bioquímico com mestrado e doutorado em Análises Clínicas pela USP (Universidade de São Paulo), Celso Spada é o Coordenador de Avaliação dos cursos de graduação da área da saúde do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do Ministério da Educação. É, ainda, professor e orientador de graduação, especialização, mestrado e doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenou o Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes)/Farmácia, de 2004 a 2007, e é autor de livros.

No dia 11 de abril, durante a quinta edição da Conferência Nacional de Educação Farmacêutica, Spada foi o alvo de uma sabatina realizada por coordenadores de curso e sob a coordenação do jornalista editor desta revista. Dúvidas, muitas dúvidas, marcaram o encontro com Celso Spada.

O encontro foi um termômetro que indicou a temperatura do debate, mas apontou também para a busca veemente das unidades de ensino por se adaptar às mudanças na graduação dos cursos de Farmácia implantadas pelas Diretrizes. A PHARMACIA BRASILEIRA entrevistou o Coordenador de Avaliação dos cursos de graduação da área da saúde do INEP, Celso Spada.

Veja e entrevista.



Farmacêutico e professor Celso Spada, Coordenador de Avaliação dos cursos de graduação da área da saúde do INEP



PHARMACIA BRASILEIRA - Professor Celso Spada, a Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia tem recebido reclamações de Coordenadores de cursos de Farmácia, de que o instrumento de avaliação, por ser comum a todos os cursos da saúde, não consegue captar e entender as particularidades e potencialidades dos cursos de Farmácia. O que o senhor tem a dizer sobre essa reclamação?

Professor Celso Spada

- Em primeiro lugar, há que se esclarecer que o formulário de avaliação de curso não é comum a toda a área da saúde, pois o curso de Medicina é avaliado por outro formulário.

Em relação ao seu questionamento - se o formulário consegue captar peculiaridades do curso -, eu afirmo que sim, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais são avaliadas especificamente para o curso, bem como os indicadores relativos ao projeto pedagógico do curso ao perfil desejado do egresso, adequação do projeto pedagógico ao perfil do egresso, adequação das ementas e conteúdos das disciplinas propostas, formação docente adequada à disciplina a ser ministrada, relação docente/discente, em tempo integral, atualização das ementas e bibliografia das disciplinas, laboratórios específicos para o curso, entre outros indicadores.

PHARMACIA BRASILEIRA - A alegada incapacidade que o instrumento de avaliação teria, de apreender as particularidades e potencialidades dos cursos de Farmácia reclamada por Coordenadores, pode levar o avaliador a cometer alguma injustiça contra os cursos avaliados?

Professor Celso Spada

- Pelo acima exposto, penso que o formulário de avaliação capta particularidades, sim. Todavia nenhuma avaliação é 100% perfeita. O objetivo é alcançarmos este percentual, mas imperfeições podem ocorrer. Se pensarmos que a avaliação da educação superior brasileira teve origem no PAIUB, portanto, na década de 90, nossa cultura avaliativa ainda é insipiente.

Porém, ao concebermos a avaliação no



modelo do SINAES (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004), temos que a avaliação do curso é uma das etapas do processo da avaliação da educação superior brasileira. Desta forma, o curso ou a instituição que se sentir prejudicado(a) tem todo o direito, que lhe é facultado pelo processo de avaliação, de interpor recurso em conformidade com o Decreto Federal 5.773 (Decreto Ponte), Portaria 1.027 do MEC e Portaria 40, de dezembro de 2007. Portanto, é assegurado o amplo direito a defesa a qualquer curso que se sentir prejudicado no processo avaliativo, sem ônus quanto à avaliação.

PHARMACIA BRASILEIRA - Caberá ao avaliador buscar as diferenças, as potencialidades, as complexidades dos cursos de Farmácia. O avaliador está preparado para isso?

Professor Celso Spada - Cabe, sim, ao avaliador buscar as potencialidades e apontar as fragilidades observadas, no período da avaliação em relação ao curso, com o intuito de contribuir para a melhoria de sua qualidade e, como consequência, a melhoria da qualidade do futuro egresso (o farmacêutico profissional).

Os avaliadores foram selecionados em conformidade com o Art. 50 da Portaria MEC 1.027, em que, de um total de aproximadamente 19 mil inscritos, foram selecionados aproximadamente 9.800 potenciais avaliadores. Esta seleção, em conformidade com o Art. 90 da Portaria 1.027, é atribuição da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), que utilizou 41 indicadores para a seleção.

Dos potenciais avaliadores selecionados, aproximadamente 7000 já foram capacitados para efetuar as avaliações, quer sejam Institucionais (credenciamento e reconhecimento de cursos - bacharelado e licenciatura -, cursos superiores de tecnologia, presenciais e à distância, se for o caso; autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento). Assim como os formulários de avaliação estão sendo revistos, até mesmo porque a avaliação é um processo dinâmico, de atualização e aperfeiçoamento



constantes, o banco de avaliadores, também, é avaliado.

PHARMACIA BRASILEIRA - Então, os avaliadores são avaliados?

Professor Celso Spada - Ao término de toda a avaliação, o avaliador expressa a sua opinião a respeito do formulário, bem como da avaliação efetuada para aperfeiçoamento do sistema. Da mesma forma, após a avaliação, e antes do resultado da mesma, é facultada à instituição se manifestar a respeito da comissão que efetuou a visita, bem como a respeito do formulário de avaliação.

Após a avaliação *in loco*, o relatório é lido, bem como as impressões da comissão e da instituição, e o processo segue o fluxo normal. Sempre que há alguma intercorrência no processo avaliativo, o mesmo é encaminhado para análise a quem de direito. No caso específico da avaliação de cursos, sempre que houver cursos, os mesmos são encaminhados a CTA que “julga” em grau final, administrativamente.

PHARMACIA BRASILEIRA - Que itens mais contundentes, mais salientes da avaliação são levados mais em conta pelo MEC para decidir sobre a abertura (autorização) e permanência (reconhecimento) de um curso de Farmácia?

Professor Celso Spada - Não há indicadores mais relevantes ou menos relevantes entre os avaliados para a entrada ou permanência no Sistema Nacional de Educação. Todavia, há questões que são imprescindíveis, tanto para fins de avaliação, quanto para regulação e supervisão.

Sem elas, uma instituição não pode ser credenciada. Da mesma forma, os cursos precisam atender a alguns pré-requisitos, como, por exemplo, ter sua previsão no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) para ser autorizado, entre outros específicos.

PHARMACIA BRASILEIRA - Seis anos após a implantação das Diretrizes Curriculares, ainda há cursos sendo avaliados à luz do modelo pedagógico antigo, criado pela Resolução número 4, de 1969, do Conselho Federal de Educação. A denúncia foi recebida de Coordenadores de cursos pela Comissão de Ensino do CFF. Como o senhor recebe e comenta a denúncia?

Professor Celso Spada - Bem, eu penso que em conformidade com a legislação, compete ao INEP/MEC todo o processo relacionado à avaliação, *in loco*, da educação superior brasileira. Assim sendo, a denúncia deveria ser encaminhada ao INEP para as providências cabíveis.

PHARMACIA BRASILEIRA - Ainda de acordo com a Comissão de Ensino do CFF, há avaliadores entendendo habilitações farmacêuticas como cursos de Farmácia, fato que eleva de 306 para 487 o número de cursos. As habilitações nem existem mais, depois da criação das Diretrizes Curriculares. O que significa uma interpretação tão diferente assim?

Professor Celso Spada - Quando as instituições faziam o protocolo dos processos, no Ministério da Educação, solicitavam a autorização com as habilitações, e foram autorizados a funcionar em conformidade com a Resolução 04/69. Assim sendo, as comissões atuais são designadas para avaliar os cursos em conformidade com o ato de autorização.

Porém a comissão, quando da avaliação atual, deve se ater às Diretrizes Curriculares Nacionais (Portaria 02, de 19 de fevereiro de 2002). É por esta razão que, no Ministério, ainda há um número a maior de cursos de Farmácia. No entanto, este número irá diminuir, com as avaliações de credenciamento e re-credenciamento que estão em trâmite.

Para os cursos que não se encontram em conformidade com a legislação, no ato da visita *in loco*, a Secretaria (SESU, SETEC ou SEED) poderá firmar protocolo de compromisso com a instituição, estabelecendo um prazo para se adequar.

Assim como os formulários de avaliação estão sendo revistos, até mesmo porque a avaliação é um processo dinâmico, de atualização e aperfeiçoamento constantes, o banco de avaliadores, também, é avaliado

(Professor Celso Spada, Coordenador de Avaliação dos cursos de graduação da área da saúde do INEP)



“ O CNE irá fixar tanto a carga horária, quanto o tempo mínimo para integralização curricular para a Farmácia. Penso que o fato de ainda não ter ocorrido a definição por parte do CNE da carga e do tempo para a integralização, em parte, é culpa nossa ”

(Professor Celso Spada, Coordenador de Avaliação dos cursos de graduação da área da saúde do INEP)

PHARMACIA BRASILEIRA - Uma pesquisa da Comissão de Ensino do CFF revela que muitas unidades de ensino ainda não entenderam a filosofia das Diretrizes. Por exemplo, vários cursos não oferecem conteúdos curriculares em Análises Clínicas, em Alimentos, em Homeopatia, em Farmácia Hospitalar e outros. Alguns não oferecem estágios nas áreas de Medicamentos, Alimentos e Análises Clínicas. Que entendimento o senhor tem deste fato e o que o MEC fará para corrigir essa distorção?

Professor Celso Spada - Quando se pensa em avaliação como um processo formativo e não punitivo, cabe ao Ministério contribuir com as diferentes áreas, para que, em cada área, as especificidades sejam entendidas por todos os agentes afetos a ela.

Desta forma, o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Saúde, realizou, no ano de 2007, seminários regionais com os Coordenadores dos cursos da área da saúde, procurando levar os resultados do Enade, do senso da educação superior brasileira, do processo avaliativo do Sinaes e buscando dirimir eventuais dúvidas que os coordenadores tivessem.

É interesse do Ministério trabalhar em conjunto com os órgãos de classe, buscando aperfeiçoar o formulário de avaliação, bem como colhendo subsídios junto à categoria farmacêutica, para estabelecer políticas que contemplem a área. Especificamente em relação aos projetos pedagógicos de curso que não atendem às Diretrizes Curriculares Nacionais, ou que atendem, mas na prática não é evidenciado este atendimento, quando da visita *in loco*, a Comissão que está fazendo a avaliação se manifesta a respeito

em seu relatório. Quando não há atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais, o fato poderá ensejar a necessidade de produção do protocolo de compromisso junto a SESU.

PHARMACIA BRASILEIRA - As Diretrizes não estabelecem carga horária, nem tempo de integralização para os cursos. Muitos tomam por base o Parecer 329/2004, que define a carga horária de 3.200 horas para o curso. Acontece que o MEC não efetivou o Parecer, acatando fundamentação do CFF. A Comissão de Ensino do CFF ouviu especialistas, professores e coordenadores, que afirmaram que as 31 competências e habilidades específicas exigem o mínimo de 4.800 horas (4 mil horas de conteúdo e 800 horas de estágio). Para o senhor, quantas horas devem ter o curso de Farmácia? O tempo será regulamentado pelo MEC?

Professor Celso Spada - O Curso de Farmácia realmente não foi contemplado com a carga horária mínima e tempo mínimo necessário para a sua integralização curricular pelo Parecer 08/2007 CNE/CES, posteriormente publicado, em 18 de junho de 2007.

Porém o CNE (Conselho Nacional de Educação) irá fixar tanto a carga horária, quanto o tempo mínimo para integralização curricular para a Farmácia. Penso que o fato de ainda não ter ocorrido a definição por parte do CNE da carga horária e tempo mínimo para integralização curricular, em parte, é culpa nossa, pois não conseguimos buscar um consenso que permita às instituições trabalhar as suas individualidades, respeitando a legislação.

Penso que, com uma carga horária de 4.000 (considerando a hora de 60 minutos - Parecer 08/2007) horas, é possível formar um profissional farmacêutico competente, comprometido com a sociedade e preparado para buscar as informações que lhe são necessárias, pois nunca seremos 100% conhecedores das pesquisas mais recentes.

PHARMACIA BRASILEIRA - Como deve ser avaliado um curso de Farmácia que não tem estágio curricular?

Professor Celso Spada - Deve ser avaliado conforme está preconizado na legislação e no formulário de avaliação, pois para curso no qual as Diretrizes Curriculares preconizam o es-



tágio é inerente à instituição viabilizar a realização do mesmo.

PHARMACIA BRASILEIRA - O MEC vai penalizar o Coordenador de curso de Farmácia que seja farmacêutico e que não tem o doutorado?

Professor Celso Spada - Em conformidade com o acima expresso, a avaliação não tem o objetivo de penalizar, censurar, ou proibir algo ou alguém. A avaliação tem por meta contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior e, desta forma, ajudar a aperfeiçoar as iniciativas positivas a que os cursos se propõem.

O formulário de avaliação para autorização de curso do MEC exige que o Coordenador seja detentor do título de Mestre pelo menos. Todavia, é desejável que o Coordenador possua o título de Doutor.

Outros aspectos são ponderados na avaliação do Coordenador, como sua efetiva dedicação às funções de Coordenador expressas no regimento da instituição, a sua participação

“Penso que, com uma carga horária de 4.000 horas, é possível formar um profissional farmacêutico competente, comprometido com a sociedade e preparado para buscar as informações que lhe são necessárias

(Professor Celso Spada, Coordenador de Avaliação dos cursos de graduação da área da saúde do INEP)

em órgãos colegiados superiores, a forma como vem conduzindo o curso, as suas atividades, em sala de aula; as suas atividades de pesquisa, a sua formação na área, a experiência administrativa anterior para ser Coordenador e a experiência profissional que não a de docente.

Todos estes aspectos são considerados. Portanto, para se atingir o conceito máximo (5), na avaliação do Coordenador, é necessário atender a um conjunto de exigências.



BOIRON®

O medicamento homeopático,
infinitamente único para nossa saúde.

Le médicament homéopathique,
infiniment unique pour notre santé.

Boiron Medicamentos Homeopáticos Ltda.
Rua Joaquim Floriano, nº 1.120, Conjunto 41
Itaim Bibi - São Paulo - SP CEP 04534-004
Tel: (11) 3707-5858 / Fax: (11) 3078-8429
E-mail: boiron@boiron.com.br

www.boiron.com.br

ABENFÁRBIO

O vôo da fênix

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista

- A Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico e Bioquímico realizou eleições diretas para a sua diretoria, aprovou um estatuto e começa a criar uma rotina no seu trabalho de apoiar professores, coordenadores de cursos e instituições de ensino.

A Abenfarbio (Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico e Bioquímico) está renascendo, silenciosa e lentamente, mas com a sede de quem mergulhou em anos de dificuldades. A entidade está crescendo com a adesão de novos sócios, e abriu um vasto arco de atividades dentro daquilo que é o seu propósito: defender as instituições de ensino e a categoria dos docentes. Em outubro de 2007, a Associação realizou eleições diretas para a sua diretoria e aprovou um estatuto. São os novos vôos da velha fênix em busca de sua própria história.

Dois mil e sete foi um ano decisivo para a Abenfarbio. A entidade realizou uma assembléia geral com a ampla maioria dos seus sócios, que elegeram a sua diretoria.

DIRETORES - Os diretores são Carlos Cecy (Presidente), Geraldo Alécio de Oliveira (Vice-presidente), Eula Maria de Melo Barcelos Costa (Secretária-Geral), Ilza Martha de Souza (Primeira Secretária), Hemerson Bertassoni Alves (Tesoureiro) e Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos (Segundo Tesoureiro). Os integrantes eleitos para o Conselho Fiscal são os farmacêuticos Cynthia França Wolanski Bordin (PR), Fabrício Rios Santos (BA), Wander Cairo Albernaz (GO), Flávia Valadão Thiessen (RS) e Ocimar Antônio de Castro (SP).

A realização da assembléia geral em si já dá uma idéia do revigoramento da Abenfarbio. Era impossível se pensar, de três anos para trás, em um ato com essa dimensão, pelo seguinte motivo: os sócios estavam desmotivados, dispersos, sem uma comunicação entre si.

“Temos a função de apoiar professores, coordenadores de cursos e instituições de ensino, com vistas à melhoria da qualidade da formação farmacêutica”, ressalta Geraldo Alécio, professor de Microbiologia e Controle de Qualidade – e Diretor - do Curso de Farmácia da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo.

Alécio ressalta que a Abenfarbio não tem objetivos políticos, nem fins lucrativos. “É uma entidade democrática que está buscando harmonizar o ensino farmacêutico, em todo o País”, explica. Disse isso, porque entende que a qualidade do ensino é heterogênea. O Presidente Carlos Cecy



Carlos Cecy, Presidente: “Anuncio, com muita alegria, a criação do site da Abenfarbio”



Geraldo Alécio de Oliveira, Vice-presidente: “A Abenfarbio é uma entidade democrática, que está buscando harmonizar o ensino farmacêutico, em todo o País”



Eula Maria de Melo Barcelos Costa, Secretária-Geral, destaca que a Associação realizou gestões para incluir o ensino farmacêutico no Pró-Saúde, do Ministério da Saúde. “O apelo foi atendido”, declara



Ilza Martha de Souza, Segunda Secretária, anuncia que a Abenfarbio discutirá a Residência Farmacêutica e orientará as instituições de ensino a implantar essa modalidade de pós-graduação



intervio: “A heterogeneidade vem da expansão exagerada do número de cursos”.

NÚMERO EXAGERADO DE CURSOS - No Brasil, há 302 cursos de Farmácia em funcionamento. Nos Estados Unidos, onde a população é duas vezes maior que a brasileira, há apenas 90. Já o Canadá, possui apenas dez cursos.

A comparação denuncia a explosão de cursos, no Brasil, o que leva o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, a desconfiar da qualidade de grande parte deles. “Temos recebido denúncias de que cursos de Farmácia continuam não possuindo a infra-estrutura mínima necessária para os seus funcionamentos”, revela Souza Santos. O Presidente do CFF alerta: “Obviamente, a falta da infra-estrutura implica no empobrecimento do ensino”.

O Vice-presidente da Abenfarbio, Geraldo Alcício, reforça as palavras de Souza Santos, acrescentando que há instituições de ensino que possuem “excelentes” padrões de qualidade, enquanto outras precisam melhorar os seus projetos pedagógicos e sua infra-estrutura.

Mas, qualidade à parte, Alcício garante que praticamente todas as instituições de ensino já introduziram, em seus cursos de Farmácia, o projeto pedagógico estabelecido pelas Diretrizes Curriculares.

EXPANSÃO - As ações da Abenfarbio vão, aos poucos, se expandindo e se diversificando. A Secretária-Geral da Associação, Eula Barcelos Costa, adianta que a entidade realizou gestões, com vistas a incluir o ensino farmacêutico no Pró-Saúde (Programa Nacional de Reorientação da Formação em Saúde), do Ministério da Saúde, que, antes, reunia apenas os cursos de Medicina, Enfermagem e Odontologia.

O apelo da Abenfarbio foi atendido. O Ministério da Saúde, através de Portaria, inseriu a Farmácia no Pró-Saúde. Vale informar que a Associação contou com um parceiro de peso nessa luta: o Conselho Federal de Farmácia.

Eula é farmacêutica-bioquímica, especialista em Análises Clínicas e em Avaliação Institucional e doutoranda em Ciências da Saúde. É a Vice-diretora e Coordenadora do curso de Farmácia da UFG (Universidade Federal de Goiás), onde também integra a CPA (Comissão Própria de Avaliação).

PRÓ-SAÚDE - O Pró-Saúde foi criado pela Portaria 2.101, publicada, em três de novembro de 2005, e assinada pelos Ministros da Saúde e da Educação. O Programa prevê a integração entre a escola e o serviço público de saúde. O fruto da integração é a formação de recursos humanos, que vem como resposta às necessidades da população no que diz respeito à saúde. A resposta vem na produção do conhecimento e na prestação de serviços, com o objetivo de fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde).

Já a Segunda Secretária da Abenfarbio, Ilza Martha de Souza, anunciou o início das discussões pela Associação da Residência Farmacêutica. Nesse sentido, ela defende que a entidade busque as Universidades para orientá-las a implantar essa modalidade de pós-graduação. Ilza Martha é Diretora do Curso de Farmácia da Universidade de Cuiabá (Unic). É mestrandia em Ciências da Saúde e se especializou em Metodologia do Ensino Superior e em Manipulação Magistral Alopática.

O Tesoureiro da Abenfarbio, farmacêutico Hemerson Bertassoni Alves, é o Coordenador do Curso de Farmácia da Universidade Positivo, localizada, em Curitiba (PR). Bertassoni é mestre em Análises Clínicas e especialista em Imunologia. É servidor público, no Paraná, onde atua como perito criminal em Genética Molecular Forense.

Já o Segundo Tesoureiro, farmacêutico Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos, é doutor, pesquisador na área de Bioética e Interdisciplinaridade na Universidade do Mato Grosso do Sul. Possui trabalhos científicos publicados em livros e revistas especializadas.

HISTÓRIA - A Abenfarbio é fruto da idéia elevada de um grupo de professores de Farmácia do qual fizeram parte José Carlos Barbério, José Aleixo Prates e Maria Aparecida Pourchet Campos. O que nutria o sonho dos três, naquele ano de 1965, era a luta pela melhoria da formação profissional do farmacêutico.

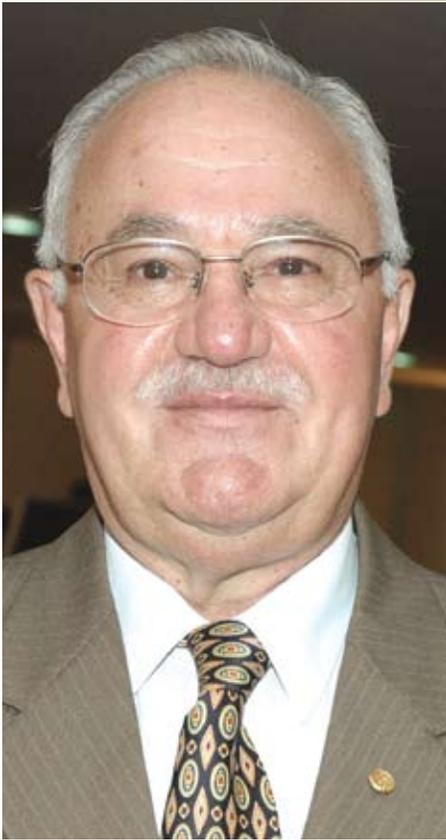
A Associação floresceu, expandiu-se e chegou a ter 3 mil sócios, mas, ao longo dos anos, experimentou graves dificuldades, como a perda de sócios e a falta de novas adesões de docentes e instituições de ensino. O tamanho da crise pode ser medido pela redução do número de sócios para menos 70. Mas o coração da Abenfarbio nunca deixou de bater, nem os seus sonhos jamais deixaram de ser sonhados.

Vista de fora, tudo fazia crer que o sonho dos três visionários beirava o fim. Foi quando, há três anos, o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, reuniu professores e diretores de cursos de Farmácia e colocou em marcha um plano para revigorar a Associação. Deu certo. A Abenfarbio voltou a reunir afiliados, em todo o País, e está pavimentando os seus novos caminhos.

Souza Santos justifica assim a sua iniciativa: “O Conselho Federal de Farmácia está preocupado com a formação do farmacêutico. E a Abenfarbio é a instituição associativa que pode fazer o trabalho em favor do ensino. O Conselho não tem a natureza de realizar o mesmo trabalho da Abenfarbio. Por isto, vamos apoiá-la”.

CONTATOS - Fale com os diretores da Abenfarbio. Os contatos podem ser feitos pelos seguintes e-mails: carloscecy@cff.org.br, geraldoalcicio@anhemi.br e eula@farmacia.urg.br



PROFESSOR CARLOS CECY,
Presidente da Abenfarbio

Professor Carlos Cecy

A revista PHARMACIA BRASILEIRA entrevistou o Presidente da Abenfarbio, o paranaense Carlos Cecy. Graduado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutor em Farmacognosia, farmacêutico aposentado do Hospital das Clínicas da mesma Universidade, professor aposentado da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), Ex-presidente do Conselho Federal de Farmácia, Carlos Cecy é membro da Comissão de Ensino do CFF e representa este órgão no Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde. Ele também integra o corpo de avaliadores de cursos de Farmácia do Ministério da Educação para fins de reconhecimento dos mesmos. Em outubro de 2007, Cecy elegeu-se Presidente da Abenfarbio no esforço de reconstruir a entidade, fundada, em 1965. Carlos Cecy fala das alternativas que podem fortalecer a Associação e do papel que ela deve ocupar no contexto do ensino farmacêutico. **VEJA A ENTREVISTA.**

PHARMACIA BRASILEIRA - Que espaço a Abenfarbio ocupa, no contexto do ensino farmacêutico? Qual o seu papel no meio acadêmico?

Professor Carlos Cecy - Entre as suas atribuições, está a defesa das instituições de ensino e da categoria docente, com consonância com as ações do MEC para o aperfeiçoamento das Diretrizes Curriculares.

PHARMACIA BRASILEIRA - Quando o senhor fala em “defender as instituições de ensino e categoria docente”, o senhor se refere a que tipo de defesa?

Professor Carlos Cecy - Primeiramente, esta é uma postura estatutária da Abenfarbio – a de ser uma entidade promotora da defesa das instituições de ensino e dos docentes -, uma vez que ela congrega dois tipos de associados: o individual (o professor) e o institucional (a unidade de ensino). Esta defesa será feita, sempre que necessário, em favor do ensino com qualidade.

PHARMACIA BRASILEIRA - O que fazer para a Abenfarbio ampliar o seu espaço?

Professor Carlos Cecy - A primeira medida que estamos adotando é reestruturá-la, sob todos os pontos de vista. Além disso, programamos inúmeras atividades, entre as quais se destaca a “V Conferência Nacional de Educação Farmacêutica”, que foi realizada, em Brasília, de 10 a 12 de abril de 2008, cujo tema central foi a “A formação farmacêutica em tempos de mudança”.

Produzimos um documento para mostrar aos empregadores (órgãos públicos e empresas privadas) que o farmacêutico com formação generalista tem o mesmo potencial de trabalho do bioquímico e do industrial, formados, antes das Diretrizes, instituídas, em 2002.

Anuncio, com muita alegria, a criação do site da Abenfarbio cujo objetivo é prestar informações exclusivas sobre o universo acadêmico farmacêutico. O endereço do site é www.abenfarbio.org.br E estamos cogitando, ainda, a criação de uma revista focada em assuntos acadêmicos e profissionais. Enfim, vamos lutar pela educação do farmacêutico, em todo o seu âmbito profissional, por meio do apoio aos docentes.



PHARMACIA BRASILEIRA - Já que o senhor falou em Diretrizes Curriculares, como avalia o processo de adaptação das faculdades de Farmácia às mesmas?

Professor Carlos Cecy - Eu considero isso um assunto superado.

PHARMACIA BRASILEIRA - Por que?

Professor Carlos Cecy - Porque praticamente todas as faculdades e cursos de Farmácia já se adaptaram à nova realidade trazida pelas Diretrizes. Os cursos que tiveram maior dificuldade, que são os mais antigos e públicos, foram os mais resistentes. Porém já iniciaram os seus processos de mudança.

PHARMACIA BRASILEIRA - O que é o ensino de Farmácia, antes e depois das Diretrizes Curriculares?

Professor Carlos Cecy - As Diretrizes Curriculares fundamentalmente transformam a antiga formação tecnicista numa formação com perfis generalista, crítico e humanístico, preparando o cidadão para a vida e não apenas para o trabalho.

PHARMACIA BRASILEIRA - O senhor acha que os acadêmicos perceberam devidamente a diferença e a levaram para o trabalho e para a vida?

Professor Carlos Cecy - A implantação desta nova filosofia dá-se, a longo prazo, pois sequer as instituições de ensino e o corpo docente ainda absorveram totalmente a mudança radical do processo pedagógico, na qual o professor passa de mero expositor de matéria para a condição de facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem.

PHARMACIA BRASILEIRA - E o que isso significa, professor Cecy?

Professor Carlos Cecy - Significa que ele passa de instrutor para educador. O professor torna-se um co-responsável pela formação integral do educando para o trabalho e para a cidadania, entendendo educação em toda a sua inteireza.

PHARMACIA BRASILEIRA - Afora a implantação das Diretrizes Curriculares, várias

outras mudanças vêm sendo incorporadas ao universo farmacêutico e que, direta ou indiretamente, acabam por refletir no próprio ensino. É o caso de uma recomendação do MEC e do Ministério da Saúde, de que os cursos da área da saúde incluam assuntos relacionados ao SUS em suas matrizes curriculares. Ou seja, o SUS é a referência e a meta. O que resultará disso?

Professor Carlos Cecy - O MEC e o Ministério da Saúde desejam que os cursos da área da saúde se envolvam com as políticas públicas de saúde, discutindo e ensinando as suas metas, os seus projetos, os seus serviços e produtos etc. O que resultará disso é que o farmacêutico que se formar dentro dessa nova política terá uma melhor visão do SUS e mais capacidade para atuar, de forma humanística, na assistência farmacêutica e em equipes multiprofissionais. Além disso, atuará na administração e na regulamentação dentro da rede pública de saúde.

PHARMACIA BRASILEIRA - Voltando à Abenfarbio, depois que se iniciou o processo de sua reestruturação, há três anos, a entidade vem experimentando um grande crescimento. Fale sobre isso.

Professor Carlos Cecy - Atualmente, a Abenfarbio conta com cerca de 200 associados e vem sendo feita uma campanha junto às instituições de ensino, para ampliar mais ainda a adesão dos docentes. Contamos com o apoio do Dr. Jaldo de Souza Santos, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, que tem prestigiado esta divulgação, através da revista PHARMACIA BRASILEIRA.

Aproveitamos para convidar a todos os professores para que se engajem nesta luta pelo fortalecimento desta que é a tradução da luta pelo ensino de qualidade, no Brasil – a Abenfarbio. Ela é a Casa e a história dos docentes e do ensino farmacêutico.

A Abenfarbio jamais teve outro interesse e outra motivação que não cuidar da educação farmacêutica, o que vem fazendo, desde 1965. Ela sofreu um grande momento de dificuldade, mas nunca perdeu as suas idéias e suas idéias. Ela é feita disso. Convido a todos os docentes para que venham trazer os seus pensamentos para dentro da Abenfarbio. Serão muito bem recebidos. Eles estarão, em casa.

